



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

REABERTURA DO PALÁCIO DO ITAMARATI

Rio de Janeiro, RJ
9 de dezembro

«Se esta casa é uma casa da República por estar ligada a sua origem, de tantos modos, é também uma casa da República porque é a casa da política externa brasileira».

9 de dezembro — Como parte das comemorações do Centenário da República, o Presidente José Sarney reabre o Palácio do Itamarati, após restauração do Museu Histórico-Diplomático.

Senhoras e Senhores,

É para mim uma honra estar reabrindo este antigo Palácio do Itamarati, com seu Museu Histórico-Diplomático, restaurado em trabalho conjunto dos Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura. Esta é uma das mais significativas comemorações do Centenário da República Brasileira.

No momento em que a República faz cem anos, restauramos também a casa de Deodoro, seu proclamador, no antigo Campo de Santana, e esta. As duas, símbolos de um conjunto maior, que aqui devo homenagear: a casa de Benjamim Constant, a de Quintino Bocaiúva, a grande fundação que é a Casa de Rui Barbosa e o Museu da República, no antigo Palácio do Catete, casa de Presidentes por tantos anos, e hoje casa da memória republicana.

Cada uma com sua significação específica, elas evocam, no conjunto, aquele grande momento em que a vontade política da Nação, por meio de lideranças militares e intelectuais, assumiu as transformações institucionais do País.

Aqui neste Palácio, a partir de janeiro de 1890, reúne-se o governo provisório: Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, Campos Salles, Eduardo Wandenkolk, Benjamin Constant, Floriano Peixoto, Aristides Lobo, Francisco Glicerio... Esses homens implantam o novo regime, com seus defeitos e suas virtudes.

Estou entre os que crêem que o maior dos republicanos chamou-se Tiradentes. E que ele e a Conjuração Mineira têm uma importância extraordinária. Não apenas porque ele era chamado de «o República», ou porque sua sentença de morte mencionasse exaustivamente que os planos dos sentenciados eram de «constituírem uma república», um governo de leis, dedicado à liberdade. Mas principalmente, porque a Inconfidência nos liga às principais mudanças históricas mundiais do final do século XVIII, com as revoluções americana e francesa. Com ela, deixaríamos de ser uma ilha, onde não se podia imprimir ou ter indústrias, para fazermos parte do mundo.

A implantação da República é também algo que a ultrapassa. O século XIX assiste às nossas elites tentarem mudanças lentas, lentíssimas. Alguns, como Nabuco, Eduardo Prado, Patrocínio, compreendiam que a Abolição tinha de ser completada pela distribuição de terras, pela democratização da educação, pela federação. Mas a Primeira República assiste as próprias mudanças políticas serem esvaziadas pela diminuição dos eleitores (menos de 5%), pelos partidos únicos, pelos vícios eleitorais. A partir de 1930, haverá tantos avanços quanto recuos.

Mas o povo brasileiro nunca perdeu as esperanças, e, na verdade, ao longo desses cem anos, construiu uma grande nação.

Quais os ideais republicanos? O final do século XX e as recentes mudanças no mundo estão mostrando que as liberdades democráticas e os ideais republicanos são uma

conquista irreversível da humanidade, e que não há justiça social sem liberdade. Os princípios da República não são muitos: eleição direta e responsabilidade dos governantes, separação dos poderes, liberdade de imprensa sem necessidade de autorização — o oxigênio de que falava Milton —; representação («no taxation without representation»); liberdade de reunião e de reivindicação.

Praticados na continuidade das gerações e dos tempos, esses princípios levam a transformações profundas numa sociedade. Esse, creio, é o segredo das nações desenvolvidas. Uma República sem liberdade ou sem justiça social não é uma república.

Em outras palavras, a base da República é a cidadania, e a cidadania tem de ser conquistada a cada dia. Essa cidadania que, com orgulho, assisto ser retomada no Brasil, com mais de 56% da população elegendo o presidente da República, em clima de participação e debates, com liberdade nunca antes vista.

Duzentos anos depois da primeira vez que se falou consistentemente em República neste País, creio que Tiradentes, «o República», que andava pelas estradas de Minas Gerais perguntando se era verdade que estava escrito naquele livrinho que todos os homens são iguais, teria orgulho de estar votando hoje para presidente, junto com oitenta milhões de outros cidadãos.

A República, no entanto, e a democracia, apenas comecem a ser construídas entre nós. É necessário haver continuidade das instituições que devem ser mais importantes que os homens, estes, por definição, falíveis —, equilíbrio entre os poderes, e, principalmente, novas lideranças, para que estas possam renovar a representação popular, em todos os níveis, e ser realmente autêntica, governando com o povo, pelo povo e para o povo.

Acentuo no entanto que, como dizia Roosevelt, a liberdade é também a de não ter medo, a de não ter fome, a de ter educação, saúde e casa. Sim, a república verdadeira não é apenas a da liberdade civil, pois o ideal republicano requer também cidadãos educados, vestidos e alimentados, que possam participar e realizar suas vocações.

Começamos agora um novo tempo no País. Fizemos a transição política, mas é necessário agora fazer a transição econômica e social, para uma economia em que haja realmente competição e igualdade de oportunidades, para uma sociedade em que haja condições básicas para todos.

Assim como a verdadeira poesia e as grandes catedrais de pedra da Europa, a República e a cidadania são obras sempre inacabadas. Ai daquele democrata que não entender que a democracia se faz a cada dia, pela renovação da representação, pelo debate respeitoso de idéias, pela participação da sociedade em todos os seus níveis, pelos órgãos constitucionais de soberania popular.

Se esta casa é uma casa da República por estar ligada a sua origem, de tantos modos, é também uma casa da República porque é a casa da política externa brasileira.

Desde que o Presidente Prudente de Moraes comprou o Palácio do Catete, e para lá se mudou, por setenta e cinco anos daqui foi comandada a nossa diplomacia. Aqui o nome do ministério se confundiu com o próprio nome da casa — Itamarati.

Aqui trabalhou e viveu Rio Branco — e apenas por ser a casa de Rio Branco, esta já seria uma casa da República. Aqui Joaquim Nabuco organizou a Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro. Aqui aconteceram tantas reuniões históricas. Aqui o Itamarati construiu sua tradição de competência e trabalho.

Não é possível haver República sem uma política externa de paz e integração. O século XX assiste agora ao fim de todos os muros. Pois, se as fronteiras e as Nações são necessárias para garantir as integridades culturais, todos os muros são inaceitáveis.

Nesse sentido, julgo que a Proclamação da República, há cem anos, foi o gesto maior, talvez ainda não suficientemente estudado, de integração da América Latina. Foi ela que integrou a América Portuguesa à América Espanhola, que integrou o Brasil ao ideal republicano e presidencialista das Américas, por que lutaram tantos heróis — e Bolívar é o mais alto de todos.

Quero dizer, finalmente, que considero a educação e a cultura básicas para todos, também como um ideal republicano. Não uma cultura feita pelo estado, mas aquela feita pela sociedade, preservada por ela, garantida por ela. E apenas apoiada, naquilo que for essencial, pelo Estado.

Entre outras coisas, cumpre ao Estado apoiar e salvar os museus, arquivos e bibliotecas, incentivar a preservação dos documentos, garantir o acesso às fontes de nossa cultura e de nossa história, velar pelo nosso patrimônio cultural. Daí a importância do Museu Histórico-Diplomático, que será reaberto nessa casa, bem como dos livros que estamos lançando hoje, o Arquivo do Reconhecimento Diplomático da República e os Ensaios com a história da diplomacia brasileira, este pelos ilustres embaixadores Rubens Ricupero, João Hermes e Marcos Azambuja.

Quero também, no mesmo sentido, assinalar uma iniciativa de importância histórica desta casa, sob a orientação do Chanceler Abreu Sodré — que tanta colaboração prestou a meu Governo, com sua competência política e administrativa, construindo com o Presidente os novos e tão importantes passos de nossa política externa. Discretamente, como é do feitio da casa, foi aberto aos pesquisadores o acesso aos papéis históricos do Itamarati; assim, todos os documentos de seu arquivo histórico passaram, a partir deste ano, a ser permanentemente examinados por uma comissão de historiadores e diplomatas, obedecendo a regras fixas, sugeridas pela comunidade acadêmica e equilibrando as necessidades de sigilo com o direito dos cidadãos de estarem informados sobre os atos de seus governos. Uma grande quantidade de papéis, antes secretos, já foi desclassificada, inclusive os famosos «arquivos secretos» referentes a episódios históricos do século passado, encontrando-se à disposição dos pesquisadores. Essa foi, por tantos anos, uma insistente reivindicação dos interessados na história nacional, que com orgulho vejo satisfeita.

O centenário da República tem no Palácio do Itamarati um de seus cenários fundamentais. De início, na implantação do novo regime, em seguida, na elaboração de nossa política externa, na linha de nossa continuidade histórica,

sob o comando do Governo republicano. Agora, como estuário de nossas relíquias diplomáticas.

Até onde vai a presença externa do Brasil, na defesa de nossos direitos, na preservação de nossos princípios, no prolongamento de nossa linha de conduta, buscando a comunhão dos povos e das nações, está presente o Itamarati, fiel a si mesmo, fiel à nossa pátria.

Por isso, concluída a transferência da Capital do País para o Planalto Central, não se dissociou do Itamarati a nossa política externa. O nome do Palácio, como um emblema, como uma expressão política, se transferiu também para Brasília, sem deixar de permanecer aqui, individualizando esta casa, estas salas, este parque, estes corredores.

A história se compõe de dois tipos de memória: a que vivemos, como testemunhas presenciais, e a que nos foi transferida, como notícia e espelho do passado. A imaginação de cada um de nós completa a harmonia do conjunto, idealizando o que deixamos de ver.

Estamos a ver agora o Marechal Deodoro, na aurora da República, subindo estas escadas, entrando nestas salas, vivendo a transição histórica que levaria à consolidação do novo regime — sem que os novos dias renegassem os dias antigos, por essa extensão natural que faz do presente, no dizer de Bergson, a ponta extrema do passado.

Sinto-me particularmente feliz, em ver restaurada esta casa durante o meu Governo, de modo que pudéssemos fazer desta solenidade um dos atos comemorativos do centenário da República. Facilmente recompomos as horas agitadas que aqui viveram os fundadores do novo regime, buscando alicerçá-lo sobre a rocha, como a casa da parábola, na lição das Escrituras.

Duplamente glorioso por ter sido o cenário dos primórdios da República, quando aqui se elaboraram as altas decisões de nossa política interna, e por ter sido logo depois o cenário em que se elaboraram as altas decisões de nossa política externa, este palácio é agora uma relíquia abrigando outras relíquias.

E como cada um de nós, no exercício contínuo da vida pública, é a seu modo a memória do tempo em que essa

vida se desenrolou, posso dizer, aqui, que eu também guardo a memória desta casa. Tive o privilégio da amizade de alguns de seus grandes chanceleres. Antes de chegar à Presidência da República, pude desincumbir-me de missões relevantes que o Itamarati me confiou. E como a lembrança é uma forma de presença, sinto que eles me refluem à consciência. Não preciso citar-lhes o nome. Nem dizer o que fizeram. Pertencem à história nacional, vigilantes, competentes, dedicados. E é bom que os invoquemos aqui, nesta hora, neste lugar, para que nos inspiremos mais uma vez no espírito de concórdia superior que os inspirava e conduzia.

Dentro de mais alguns dias encerraremos um episódio básico de nossa história republicana, com a decisão das urnas na escolha de meu sucessor. Ultima-se, assim, o processo da transição democrática, num clima de ordem e de responsabilidade. Sei que dei de mim o melhor de meu esforço para que tudo se processasse sem rupturas nem sobressaltos. Chegaremos a bom termo, sobrepassando às paixões momentâneas e as incompreensões excessivas, para que somente prevaleça o Brasil, uno e democrático, que amanheceu neste palácio, às primeiras horas da República, e há de ir pelo tempo adiante, como o compromisso supremo de sucessivas gerações.

Creio que a Comissão Constitucional do Centenário da República, de que sou, com os outros chefes de poderes, co-presidente, fez muito bem em promover, em vez de festas, apoio à memória nacional e debates sobre o passado e futuro da República Brasileira. Pois a República deve ser austera — esse também é um ideal republicano — é a verdadeira festa no Brasil, hoje, é a liberdade que existe entre nós.

Saudemos essa liberdade da mesma maneira com que o poeta Souzaândrade saudou o alvorecer da República: «Os paus-d'arco estão em flor!», com o lema do dia 15 de novembro de 1889: viva o povo brasileiro!